



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA-ES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E CONSELHO ADMINISTRATIVO

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 2020, reuniram-se na sala de reuniões do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, os membros do Comitê de Investimento do PREVICOB, designados pela Portaria nº 063/19, de 01/01/2019 - Alex da Silva Moura, Fabrício Siquara Gonçalves e Geraldo Cardozo Bandeira, juntamente com os membros do Conselho Administrativo, estando presentes os Srs. Alexandre Gonçalves Marques, Mirza Jeanne Oliveira Barollo, Tereza da Silva Alves, sob a Presidência do Conselheiro Geraldo Cardozo Bandeira contando ainda com orientações, a distância, do Consultor Financeiro do Instituto, Pery de Oliveira com intuito de apreciar e deliberar sobre a Política Anual de Investimentos 2021. Iniciado os trabalhos o Presidente do Conselho Administrativo, Geraldo solicitou que o Sr. Alex fizesse uma breve explanação sobre os resultados alcançados pelo Previcob ao longo do ano de 2020 e também falasse sobre o conteúdo da Política de Investimentos apresentada pelo Comitê Financeiro, sendo de pronto atendido. Após, dada a palavra ao Consultor Financeiro, passou a descrever a situação pormenorizada do conteúdo do documento, como segue:

Para o Consultor, a população do mundo todo vive o momento mais confuso e incerto da história com a pandemia global, que há anos não era desafiada pela sociedade em termos de escala. Mesmo que, estejamos observando alguns sinais mais animadores, estamos entrando em um período importante para o cenário econômico, político e geopolítico no nosso país e no mundo.

Esse paragrafo inicial é o pano de fundo para entender daqui pra frente, no curto e médio prazo, e como esses entendimentos serão fundamentais para definir o cenário prospectivo e, conseqüentemente, quais devem ser as grandes tendências econômicas e as principais teses de investimentos dos próximos anos.

Lá fora, são três os condutores que merecem atenção: As eleições norte-americanas, a necessidade de aprovação de um novo pacote fiscal e, por fim, a evolução do Covid-19 ao redor do mundo. Aqui, além desses condutores externos, o país precisará definir qual será o caminho escolhido para a questão fiscal. Por esse motivo, o aumento da necessidade de financiamento do país, com as taxas locais de juros em seu piso histórico, ascende um desafio adicional que é o aumento da necessidade de financiamento da dívida pública.

De maneira superficial, mas para entender o tamanho do que está envolvido em cada uma dessas teses, o Consultor discursou sobre EUA, as eleições para Presidente e para o Congresso que podem determinar, de maneira estrutural, quais serão as políticas que serão adotadas a partir do ano que vem, em 2021. O Consultor lembra que quando Trump foi eleito, ele teve apoio de uma maioria Republicana no Congresso, promoveu

Augusto H. Mes

grandes cortes de impostos, o que favoreceu as grandes corporações americanas, gerando crescimento, emprego e a renda para a população. Isso gerou inflação e acabou levando o banco central norte-americano a um processo de alta de juros. Com isso, o dólar se valorizou no mundo e acabou pressionando os ativos de países emergentes, incluindo o Brasil. Ademais, Trump adotou uma política externa mais combativa, especialmente no tocante a China, o que por vezes acabou gerando ruídos e volatilidade.

Com relação ao Joe Biden, sua proposta de governo mostra que tem intenção em reverter o corte de impostos promovido pelo atual presidente daquele país, e pretende aumentar os gastos com infraestrutura e o suporte fiscal à economia. Somado a isso, Biden se mostra mais amigável com seus parceiros comerciais e apresenta um grande foco em governança ambiental, social e corporativa (o ESG), principalmente em energia limpa.

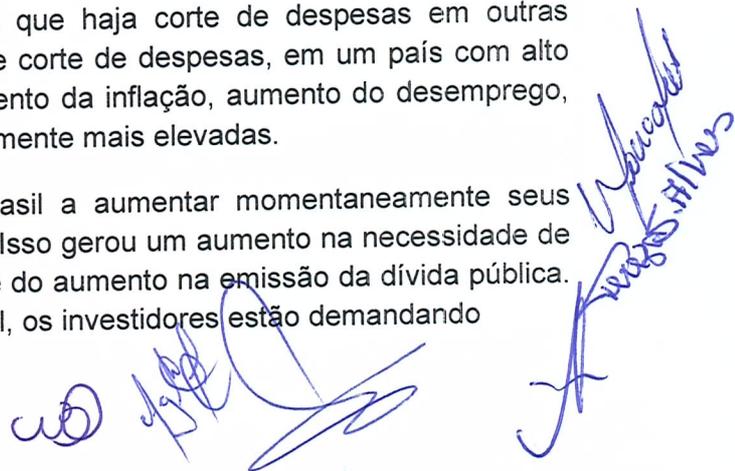
Diante desse cenário, fica claro que uma eventual vitória de Biden, somada à potencial vitória dos Democratas no Congresso, poderá nos trazer um ponto de inflexão importante para grandes temas econômicos e, conseqüentemente, grandes teses de investimentos.

Em razão disso, a economia norte-americana passa por um período de incerteza, uma vez vencidos grande parte dos pacotes fiscais implementados ao longo da pandemia. Na ausência de novos suportes ao crescimento, os EUA podem passar por um momento de maior fragilidade e desaceleração do seu ritmo de recuperação, podendo trazer conseqüências bastante negativas ao crescimento e aos mercados. Finalmente, no cenário internacional, temos a pandemia que ainda assola grande parte do mundo.

Em algumas regiões já estamos presenciando uma “segunda onda” de contágio que já mostra efeitos danosos sobre o crescimento. A maneira como os governos irão optar em combater o vírus de agora em diante e as perspectivas de uma vacina, são fatores importantíssimos para o desenrolar da recuperação da economia global. No Brasil, além de sentirmos os efeitos colaterais dos eventos externos descritos acima, ainda precisamos lidar com as nossas peculiaridades.

Neste momento, nosso maior desafio é trazer uma perspectiva de ajuste de nossas contas públicas. O país atuou de maneira rápida, ágil e agressiva para ajudar a sociedade a atravessar este momento de tormenta. Contudo, gastos que foram efetuados para serem pontuais, não podem se tornar gastos permanentes. A nossa economia não suporta o aumento de gastos públicos sem que haja corte de despesas em outras frentes. Novos gastos, sem a contrapartida de corte de despesas, em um país com alto endividamento como o Brasil, irão gerar aumento da inflação, aumento do desemprego, menos crescimento e taxas de juros estruturalmente mais elevadas.

O cenário dos últimos meses obrigou o Brasil a aumentar momentaneamente seus gastos, em um período de queda de receitas. Isso gerou um aumento na necessidade de financiamento do país, levando a necessidade do aumento na emissão da dívida pública. No entanto, com uma estrutura financeira frágil, os investidores estão demandando





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

maiores taxas para financiar o país, além de evitar a alocação em papéis da dívida com vencimentos mais longos. Isso gera um efeito cascata que obriga o Tesouro Nacional a emitir papéis mais curtos e/ou oferecer taxas mais elevadas ao investidor, concentrando um volume excessivo de vencimentos para o ano que vem.

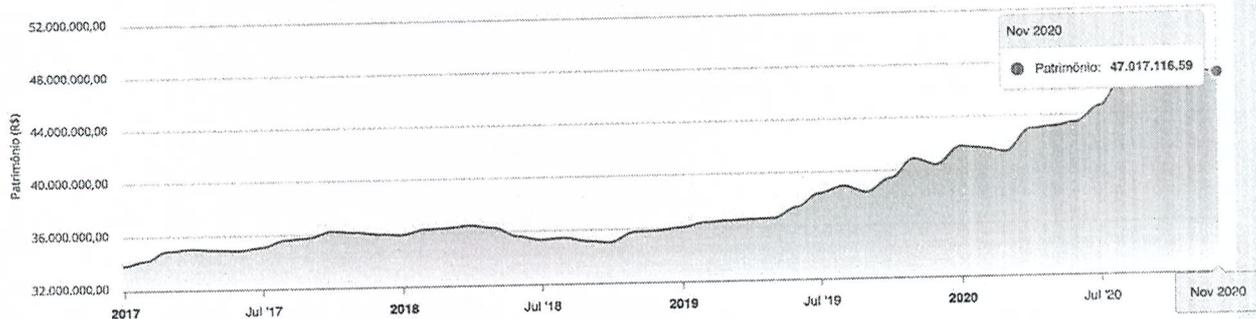
Sem um ajuste estrutural das contas públicas, corremos o risco de viver momentos tenebrosos em 2021 e nos anos subsequentes.

Com esse cenário o portfólio do PREVICOB apresentou ganhos na ordem de 1,13% no mês de novembro de 2020.

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	41.708.995,45	70.282.314,89	70.910.071,28	41.350.050,74	268.811,68	268.811,68	0,64%	0,64%	0,71%	0,71%	90,53%	2,67%
Fevereiro	41.350.050,74	81.991.739,49	82.008.192,99	41.278.277,57	-56.319,67	213.492,01	-0,13%	0,51%	0,86%	1,38%	37,02%	2,29%
Março	41.278.277,57	172.538.259,16	172.631.699,95	42.808.766,55	1.623.929,77	1.837.421,78	3,93%	4,46%	0,57%	1,96%	228,18%	11,07%
Abril	42.808.766,55	33.790.585,82	33.646.457,84	43.154.591,25	201.696,92	2.039.118,70	0,47%	4,95%	0,14%	2,10%	235,50%	8,22%
Mai	43.154.591,25	3.164.640,44	3.471.122,34	43.393.860,44	545.751,09	2.584.869,79	1,26%	6,28%	0,07%	2,18%	268,41%	3,43%
Junho	43.393.860,44	161.885.061,47	162.093.888,17	44.613.929,27	1.428.895,53	4.013.765,32	3,29%	9,78%	0,74%	2,93%	333,44%	2,55%
Julho	44.613.929,27	109.691.745,07	109.716.045,24	46.810.801,26	2.221.172,16	6.234.937,48	4,98%	15,25%	0,89%	3,85%	396,54%	2,53%
Agosto	46.810.801,26	119.244.479,31	119.328.245,75	46.783.842,41	54.807,59	6.289.745,07	0,12%	15,38%	0,72%	4,59%	334,98%	2,52%
Setembro	46.783.842,41	51.332.828,68	51.524.017,55	46.340.915,46	-251.738,08	6.038.006,99	-0,54%	14,76%	1,12%	5,76%	258,07%	1,80%
Outubro	46.340.915,46	19.176.832,16	18.888.498,56	46.537.090,18	92.158,88	5.945.848,11	-0,20%	14,53%	1,34%	7,18%	202,31%	3,06%
Novembro	46.537.090,18	28.376.793,01	28.456.517,96	46.984.279,79	526.914,56	6.472.762,67	1,13%	15,83%	1,35%	8,63%	183,44%	3,08%

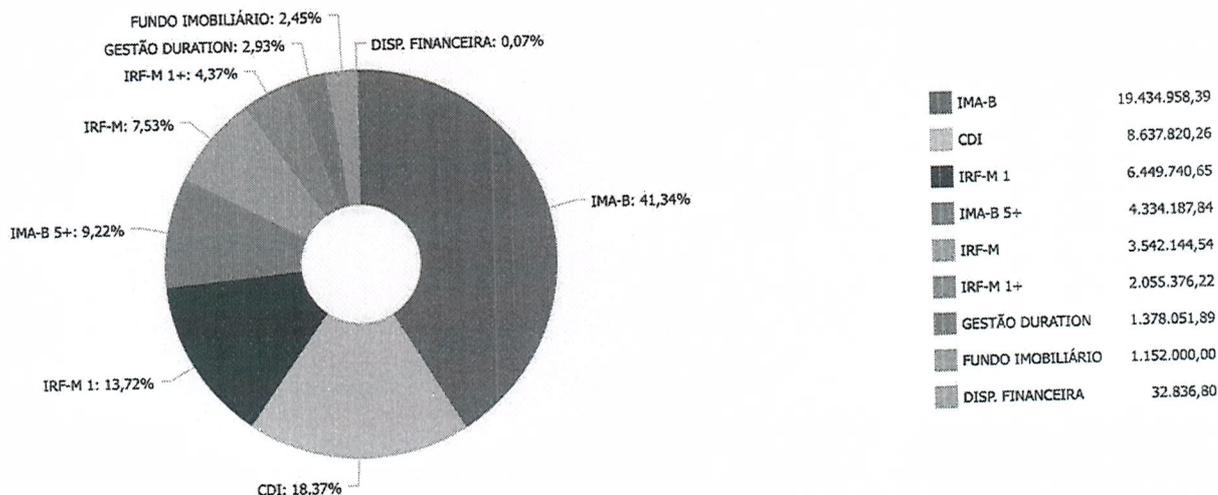
O Patrimônio líquido no encerramento do mês foi de R\$ 47.017.116,59.

Evolução do Patrimônio



O PREVICOB conta com posições majoritárias títulos públicos federais, com diversos vencimentos, de curtíssimos a longos prazos, e fundos imobiliários.

Handwritten signatures and notes in blue ink.



Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, pela Resolução CMN nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018 (doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 3.922/2010"), o Consultor apresentou a minuta da Política de Investimentos para o exercício 2021 ao Comitê de Investimentos e ao Conselho Administrativo do **PREVICOB**.

O Consultor explicou também que na Minuta não será utilizado o termo "Meta Atuarial" e sim "Meta de Rentabilidade". Isto porque, a Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, que estabelece as Normas Aplicáveis às Avaliações Atuariais dos Regimes Próprio de Previdência Social, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizada nas Avaliações Atuariais seja o menor percentual dentre o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS e a taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo da Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Também chamada de meta atuarial, é a taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para trazer a valor presente, todos os compromissos do plano de benefícios para com seus beneficiários na linha do tempo, determinando assim o quanto de patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social deverá possuir hoje para manter o equilíbrio atuarial.

Esse equilíbrio somente será possível de se obter caso os investimentos sejam remunerados, no mínimo, por uma taxa igual ou superior. Do contrário, ou seja, se a taxa que remunera os investimentos passe a ser inferior a taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefício se tornará insolvente, comprometendo o pagamento das aposentadorias e pensões em algum momento no futuro.

Considerando a exposição da carteira e seus investimentos e as projeções dos indicadores de desempenho dos retornos sobre esses mesmos investimentos; o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS,

(Handwritten signatures and initials in blue ink)



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA-ES

conhecida como META DE RENTABILIDADE é de IPCA – Índice Preço ao Consumidor Amplo + 7,33 % (sete virgula trinta e três por cento).

A duração do passivo apurada com a base de dados informada foi de 15,50 anos.

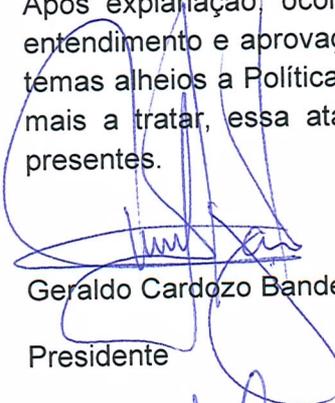
Isso equivale, segundo a tabela da Portaria nº 12.223/2020 da SPREV, a uma taxa de juros (meta atuarial) de até 5,41% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial 2021.

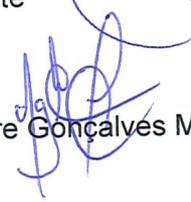
A estratégia de alocação aprovada pelo Comitê de Investimento e conselho deliberativo deve observar os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, conforme figura abaixo:

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resol. CMN %	Posição Atual da Car. (R\$) - 10/20	Posição Atual da Car. (%) - 10/20	Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2021		
					Limite Inferior (%)	Estratégia (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Públicos de emissão do TN - Art. 7º, I, "a"	100,00%					
	FI 100% Títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	27.038.429,20	58,10	15,00	25,00	100,00
	ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I "c"	100,00%					
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	5,00%					
	FI Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%			5,00	10,00	60,00
	ETF - Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%					
	FI de Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	18.306.660,98	39,34	10,00	30,00	40,00
	ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%					
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, Alínea "b"	20,00%					15,00
	CDB - Certificados de Depósitos Bancários - Art. 7º, VI, Alínea "a"	15,00%					
	Poupança - Art. 7º, VI, Alínea "b"	15,00%					
	FI em Direitos Creditórios - Cola Sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%					5,00
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00%					5,00
	FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"	5,00%					5,00
Límite de Renda Fixa	100,00%	28.345.090,10	99,81	32,00	65,00	230,00	
Renda Variável Estrut.	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, "a"	30,00%				5,00	30,00
	ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50)- Art. 8º, I, "b"	30,00%					
	FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, "a"	20,00%				10,00	20,00
	ETF - Demais Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"	20,00%					
	FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	10,00%				10,00	10,00
	FI em Participações - Art. 8º, IV, "a"	5,00%					5,00
	FI Imobiliário - Art. 8º, IV, "b"	5,00%	1.479.920,00	3,19		5,00	5,00
	FI em Ações - Mercado de Acesso - Art. 8º, IV, "c"	5,00%					
	Límite de Renda Variável - Art. 8º, § 1º	30,00%	1.479.920,00	3,19	0,00	30,00	70,00

Invest. No Ext	FI de Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9ºA. I	10,00%					
	FI Constituídos no Brasil - Investimentos no Exterior - Art. 9ºA. II	10,00%					
	FI em Ações BDR Nível I - - Art. 9ºA. III	10,00%			5,00	5,00	
	Limite de Investimentos no Exterior - Art. 9ºA	10,00%			5,00	5,00	
Total da Carteira de Investimentos			46.340.815,46	100,00	50,00	100,00	270,00

Após explanação, ocorreu a manifestação dos conselheiros presentes no sentido de entendimento e aprovação dos pontos apresentados, inclusive, ficou definido que outros temas alheios a Política de Investimentos seriam debatidos num próximo encontro. Sem mais a tratar, essa ata vai assinada por mim, Geraldo Cardozo Bandeira, e demais presentes.


 Geraldo Cardozo Bandeira
 Presidente


 Alexandre Gonçalves Marques
 Membro


 Mirza Jeanne Oliveira Barollo
 Membro


 Tereza da Silva Alves
 Membro


 Alex da Silva Moura
 Pres. do Previcob


 Fabricio Sigwara Gonçalves
 Dir. Adm/Financeiro